

Redes municipais de ensino da Paraíba nos questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Andréia Ferreira da Silva (UFCG)
silvaandrea@uol.com.br

Elayne Beatriz de Farias Pereira (UFCG)
ellaynefariass@gmail.com

Introdução

Desde os anos de 1990, vem ocorrendo expressiva ampliação das responsabilidades do ente município na oferta da educação infantil e ensino fundamental. No entanto, essa ampliação nem sempre foi acompanhada pela melhoria de sua capacidade de planejamento e de financiamento, o que pode revelar a ausência de uma estrutura apropriada de gestão educacional (PINTO, 2014).

Considerando o exposto, o presente trabalho apresenta pesquisa de iniciação científica, em desenvolvimento, que tem por objetivo geral analisar as redes municipais de ensino paraibanas no que se refere às seguintes dimensões: condições de funcionamento, organização, instrumentos de planejamento, existência de conselhos, bem como o perfil dos secretários de educação. A investigação se justifica pela ausência de estudos sobre essas redes de ensino, sobretudo quando se considera as reformas educativas implantadas nas duas últimas décadas no país, orientadas pelo modelo gerencial de “modernização” do setor público.

Tem como objetivos específicos: refletir acerca do contexto de emergência, dos fundamentos e proposições da reforma da educação básica no país, partir dos anos de 1990, e suas repercussões no âmbito

das políticas educacionais municipais; mapear características gerais das redes e secretarias municipais de educação paraibanas, condições de funcionamento, organização e gestão e perfil dos secretários municipais de educação da Paraíba e suas vinculações, ou não, à área educacional.

A investigação adota uma abordagem quali-quantitativa, que combina o estudo de processos políticos e educacionais com a análise de informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) por meio dos questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aplicados aos secretários municipais de educação no ano de 2019.

A pesquisa será desenvolvida por meio de três procedimentos: levantamento e estudo de bibliografia que trata da reforma da educação no país e de seus desdobramentos para a educação municipal; análise de documentos federais que definem a organização e conformações dos municípios como entes federados e as atribuições e parâmetros de sua atuação na área da educação; e análise dos questionários contextuais do SAEB aplicados, em 2019, aos secretários municipais de educação.

Os microdados do SAEB serão examinados a partir de variáveis discretas que privilegiará a comparação e a análise das informações obtidas sobre os 223 municípios paraibanos, considerando as diferentes regiões do estado e informações nacionais.

Resultados e discussão

No ano de 2019, o SAEB aplicou, pela primeira vez, questionários para os secretários municipais e estaduais de educação, o que, sem dúvida, contribui para a ampliação das informações acerca das condições de organização e oferta da educação no país. Os secretários

responderam questões “sobre o funcionamento das redes de ensino, com a abordagem de temas como conselhos, currículos, práticas avaliativas e contratação de professores” (BRASIL, 2020, s. p.). Nessa edição do SAEB, também pela primeira vez, os questionários contextuais dirigidos aos diretores de escolas e secretários de educação foram respondidos de forma eletrônica (BRASIL, 2019).

Segundo Bonamino (2016), os questionários contextuais do SAEB “[...] foram inicialmente construídos para levantar dados sobre as características das escolas, dos professores, dos diretores e das práticas pedagógicas e de gestão” (2016, p. 116), agregados à obtenção de medidas cognitivas dos alunos por meio de provas de áreas de conhecimento, predominantemente, em língua portuguesa e matemática. Depois, foram sendo ampliadas algumas informações, alcançando, a partir da edição de 2019, as secretarias de educação.

Marinho (2017) assevera que esses questionários “são valiosas fontes de informação” (p. 99) e, levando-se em conta a qualidade da divulgação feita pelo INEP, permitem tratamentos diversos e estudos de âmbito histórico, local, dentre outros. Ressalta que o uso dessa fonte “ainda se dá de forma tímida” (p. 100) na área da educação, sendo necessária a produção de mais estudos voltados à compreensão desses dados do SAEB, com a valorização de suas possibilidades de observação e formação de políticas e programas educacionais. A presente investigação se insere nesse esforço.

Os estudos realizados, até o momento, de dados disponibilizados pelo Inep, revelam que, no estado da Paraíba, o ente município possuía, em 2019, cerca de 67% do número de escolas e 99,6% dos alunos matriculados na Educação Infantil e 61,94% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, perdendo expressividade apenas nos anos finais, com 54,68% das matrículas (BRASIL, 2020).

A revisão da produção acadêmica sobre o tema, já realizada, permitiu a identificação de três questões centrais que envolvem a atuação do ente município no setor educacional brasileiro.

A primeira, segundo Souza e Faria (2003), se refere à Constituição de 1988, que possibilitou aos municípios a criação de sistemas próprios de ensino, o que lhe conferiu autonomia relativa na elaboração de políticas educacionais. No entanto, apesar do caráter descentralizador e democrático que orientou esta Constituição, as reformas educativas implementadas, desde os anos de 1990, norteadas pelo ideário neoliberal, ressignificaram o sentido desses princípios, instituindo medidas de desresponsabilização da União em relação à educação básica, conservando práticas centralizadoras no que se refere ao financiamento da educação com a concentração de recursos no âmbito federal (SOUZA; FARIA, 2003).

A segunda, concerne à situação de que, para Pinto (2014), em muitos municípios, sobretudo os de pequeno porte, como prevalece na Paraíba, a secretaria de educação é a que administra o maior montante de recursos, o que aumenta seu peso político. Em princípio, essa situação ampliaria as exigências em relação à competência técnica de seu titular, no entanto, contraditoriamente vem contribuindo para o aumento da interferência política na administração da educação e produzindo o “esvaziamento da capacidade técnica e da profissionalização de um setor tão crucial” (PINTO, 2014, p. 637).

Por fim, para Adrião *et. al* (2009), nos últimos anos, é possível identificar a amplificação dos interesses do setor privado na venda de sistemas apostilados e de outros produtos educativos, o que vem contribuindo para a ampliação de processos de privatização da educação pública municipal.

Considerações finais

Os dados revelam a importância das tarefas assumidas pelo ente município nas duas primeiras etapas da Educação Básica na Paraíba. Entretanto, demonstram que, apesar do processo de municipalização do ensino fundamental no país, sobretudo a partir de 1996, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), na Paraíba, o ente estado ainda é responsável por grande parte das matrículas nos anos finais dessa etapa.

Ao analisar esses processos, pesquisa vem contribuindo para a compreensão das configurações da educação municipal paraibana e construindo uma reflexão rigorosa e ampla acerca dos principais desafios enfrentados para a garantia do direito à educação no estado.

Referências

ADRIÃO, T.; DAMASO, A.; GALZERANO, L. S. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Sistema de Avaliação da Educação Básica: documentos de referência - versão preliminar. 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Novidade em 2019, questionário eletrônico aprimora e facilita a coleta de informações. 14/08/2019. 2019b.

BONAMINO, A. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016.
Disponível em:
<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3155/2890>. Acesso em: 15 maio 2022.

PINTO, J. M. R. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 624-644, jul./set. 2014.

MARINHO, I. C. Uso do tempo em sala de aula: estudo dos questionários contextuais do SAEB 2015. In: VIDAL, E. M; VIEIRA, A. L. **Política educacional, gestão e aprendizagem: estudos e pesquisas**. Fortaleza, 2017. 164 p.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. O processo de construção da educação municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (Orgs.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.